



PATRIARCADO E DIVERSIDADE TRANS: INFLEXÕES DO CISHETEROPATRIARCADO SOBRE A DIVERSIDADE DAS MULHERES

PATRIARCHY AND TRANS DIVERSITY: INFLECTIONS OF CISHETEROPATRIARCHY OVER WOMEN DIVERSITY

Débora Elita de Sousa Silva¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as implicações do patriarcado sobre as mulheres, considerando as particularidades das mulheres trans. Para tal, e por meio de pesquisa bibliográfica acerca da construção histórica do patriarcado, a diversidade humana e o transfeminismo, embasada no método materialista histórico-crítico-dialético que toma como pressupostos a historicidade, contradições e mediações presentes na dinamicidade da realidade social, apreendemos, neste exercício de aproximações sucessivas em relação ao objeto de estudo, e por ele direcionado, as inflexões do patriarcado sobre a liberdade das mulheres; identificamos as particularidades da população trans sob a sociabilidade cisheteropatriarcal capitalista; e analisamos o transfeminismo e suas contribuições para a luta das mulheres em sua diversidade. Concebemos que o patriarcado incide sobre todas as mulheres, sejam elas cis ou trans, uma vez que afeta também a diversidade dos sujeitos que vivenciam a identidade de gênero e a sexualidade de forma diversa ao cisheterossexismo preconizado como padrão pela sociabilidade burguesa. Na particularidade da vivência trans, as opressões de classe e raça se imbricam à transfobia e às concepções binárias e biologizantes sobre ser homem/mulher, obstaculizando as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, aos direitos sociais, sexuais e reprodutivos e a vivência da diversidade humana. Frente ao binarismo e biologicismo do gênero, o transfeminismo emerge em defesa da livre identidade de gênero, denotando a relevância de apreendermos a construção social do sexo e a diversidade da categoria mulher.

Palavras-chave: Patriarcado. Diversidade trans. Transfeminismo.

ABSTRACT: This paper has the objective of analyse the implications of patriarchy over women, considering the trans-women's particularities. For such purpose, and by means of bibliographical research on the transfeminism, human diversity and patriarchy historical construction based on dialectical-critical-historical materialism method that has as assumptions the historicity, contradictions and mediations on the dynamicity of the social reality, we apprehend, in this exercise of successive approximations in relation to the study object, and guided by it, the

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN (PPGSS/UFRN). Doutoranda em Serviço Social (PPGSS/UFRN). Bolsista Capes. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho Ética e Direitos (GEPTED) e do Grupo de Estudos sobre Diversidade (GED) do Departamento de Serviço Social da UFRN. Membro voluntária da Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos do Conselho Regional de Serviço Social de Natal/RN (CRESS - 14ª Região). ORCID: 0000-0002-7668-8791. E-mail: debora.elita115@ufrn.edu.br

Artigo submetido em: 27 de junho de 2025.

Artigo aceito em: 05 de setembro de 2025.

p. 291-319, DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202534>

inflexions of patriarchy over the women's liberty; we identify the particularities of the trans population under the capitalist cisheteropatriarchal sociability; and we analyse the transfeminism and its contributions to the women struggles in it diversity. We devise that the patriarchy incides over all women, whether they are cis or trans, once it affects also the diversity of the individuals that experience the gender identity and the sexuality in a different way on cisheterosexism proposed as the standards by the bourgeois sociability. In the trans perception particularity, the class and race oppressions are tangled with transphobia and the binaries and biological agents conceptions over being man/woman, obstructing the possibilities of access to the job market, to the social rights, sexual and reproductives and the experience of human diversity. Facing the gender binarism and biologicism, the transfeminism emerges in defense of the free gender identity, pointing the relevance of apprehending the sex social construction and the woman category diversity.

Keywords: Patriarchy. Trans diversity. Transfeminism.

INTRODUÇÃO

Nos últimos cinco anos, a humanidade vivenciou o que Antunes (2020) denominou como “capital pandêmico”, que incidiu de forma global, mas não homogênea, sobre a realidade de vida e trabalho dos diversos sujeitos sociais, com forte expressão quando do seu início, em dezembro de 2019, até o ano de 2021. Em fevereiro de 2023, pela primeira vez no Brasil (Carlucci, 2023), não foi registrado nenhum óbito em decorrência da COVID-19. Durante esses anos, no entanto, a humanidade sofreu os horrores de um sistema de produção e reprodução social, sob a forma de uma política negacionista, anticiência e antivacina, expressão do núcleo desta sociabilidade que prioriza a obtenção da mais-valia em detrimento da manutenção da vida na Terra.

Não foi mera coincidência que a primeira morte pelo novo coronavírus no Brasil tenha sido de uma mulher negra da periferia (Virissimo, 2020). A falácia de que a pandemia atingiu a todos da mesma forma só faz sentido para uma classe a quem interessa manter o controle dos meios privados de produção e a apropriação-exploração-opressão-dominação da força de trabalho. Aos/às trabalhadores/as, restou, nesse período, a “escolha” entre morrer em decorrência do vírus ou de fome, porque, nas palavras de Bolsonaro, era só “uma gripezinha”, e conforme as leis do mercado “a economia não pode parar”.

Na atualidade, vigora a criminalização e naturalização da questão social² e ao mesmo tempo um resgate dos primórdios conservadores de acordo com os quais eram enfrentadas a pobreza e a desigualdade social. Durante a pandemia da COVID-19 a população trans (travestis, transgêneros e transexuais, incluindo homens e mulheres trans), constituiu o amplo quantitativo populacional dentre os que não puderam se manter em isolamento social e prevenir o contágio pelo vírus (Ribeiro; Almeida, 2021). Isso porque despossuída da possibilidade de se manter viva a não ser correndo o risco de contaminar-se, tendo em vista a necessidade iminente de trabalhar para garantir sua subsistência.

A lógica perversa e irracional burguesa condiz com seu processo de “decadência ideológica” (Coutinho, 2010), representada nacionalmente e de forma expressiva nos ideais bolsonaristas, que ainda vigoram e aparentam não necessitar das palavras do Messias para que seus simpatizantes coloquem em prática crimes como o terrorismo³ ocorrido no Palácio do Planalto no dia 08 de janeiro de 2023.

A atual conjuntura apresenta-nos, pois, inúmeros desafios, visto que as relações sociais e produtivas não são dissociadas, e, por isso mesmo, as diversas formas de opressão-apropriação-exploração-dominação produzidas e/ou reproduzidas pelo capitalismo atingem nossa forma de viver, ser, sentir e agir sobre o mundo.

Os impactos do (des)governo de Bolsonaro (2019-2022) na vida da classe trabalhadora incidiram especialmente sobre as mulheres e a população LGBTQIA+

² Em síntese, a questão social pode ser apreendida como o conjunto das desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais vivenciadas pela classe trabalhadora e que demandam sua mobilização/organização política. Assim, a questão social está imbricada, no capitalismo, à luta de classes. Para melhor compreensão desse debate, conferir, dentre outros autores, Iamamoto (2015).

³ Em novembro de 2024 foram iniciadas as investigações, atualmente em julgamento (desde março de 2025), sobre o planejamento de um golpe de Estado que seria efetivado em dezembro de 2022, e visava assassinar o presidente Lula e o vice-presidente Geraldo Alckmin. A ação terrorista de 08 de janeiro de 2024 integrou o referido plano. Em novembro de 2024, durante a investigação realizada pela Polícia Federal, foram indiciadas 37 (trinta e sete) pessoas por crime de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa. Entre os indiciados há integrantes das Forças Armadas e da Extrema-Direita como Jair Bolsonaro, Valdemar da Costa Neto (Presidente do PL), o delegado Alexandre Ramagem (diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e chefe da equipe de segurança de Bolsonaro), Mário Fernandes (general reformado e secretário executivo da Presidência no governo Bolsonaro), Walter Braga Neto (vice-presidente na chapa de Bolsonaro nas eleições de 2022), Marcelo Câmara (ex-assessor de Bolsonaro), General Mauro Cid (ex-ajudante de ordens de Bolsonaro), General da Reserva Augusto Heleno (ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional - GSI) e Felipe Martins (ex-assessor de Bolsonaro) (Roldão, 2024).

(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer⁴, Intersexo, Assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero que não correspondem ao padrão heterossexual mas também não se enquadram nas indicações anteriores), com o desmonte das políticas sociais, a perda de direitos, a propagação da moral conservadora e o aumento da violência, com destaque para o crime de feminicídio⁵ que teve um aumento de 22% se comparado ao ano que antecedeu a pandemia, representando o registro de 4 (quatro) mortes a cada 24 (vinte e quatro) horas.

A classe trabalhadora é diversa, portanto, pensá-la sem suas particularidades e contradições seria realizar uma mera abstração mental a partir de uma leitura distorcida dos textos de Marx e Engels, que, em contrapartida, dizem de uma classe trabalhadora real. Assim como as relações são coextensivas e consubstanciais, as lutas contra as opressões também precisam sê-lo.

A partir dessas questões, e com o objetivo de analisar as implicações do patriarcado sobre as mulheres considerando as particularidades das mulheres trans, o objeto de pesquisa (a diversidade trans) demandou a realização de pesquisa bibliográfica acerca da construção histórica do patriarcado, diversidade humana e transfeminismo, abrangendo autores como Lerner (2019); Leacock (2019); Santos (2020); Ribeiro; Almeida (2021) e Marinho; Almeida (2019); Jesus; Alves (2010), e outros que de forma complementar contribuíram para apreendermos as inflexões do patriarcado sobre a liberdade das mulheres; identificarmos as particularidades da população trans sob a sociabilidade cisheteropatriarcal capitalista; e analisarmos o transfeminismo e suas contribuições para a luta das mulheres em sua diversidade.

Esta análise foi desenvolvida a partir do método materialista histórico-crítico dialético, tendo como pressupostos a historicidade, contradições e mediações que caracterizam a complexidade dinâmica da realidade social. Consiste, pois, num esforço teórico-crítico de aproximações sucessivas ao objeto de estudo em sua inserção

⁴ O termo queer corresponde à pessoa que não se identifica ou não se define em nenhum gênero, podendo transitar entre as identidades de gênero, como é o caso das drag queens.

⁵ "Cresceram os feminicídios no 1º semestre de 2020, segundo o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O levantamento aponta que 648 [seiscentas e quarenta e oito] mulheres foram assassinadas nos primeiros seis meses do ano, quando a pandemia de coronavírus chegou ao Brasil" (Agência Patrícia Galvão, 2023).

dinâmica no cotidiano das relações sociais e produtivas, e visa contribuir com a transformação dessas relações.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PATRIARCADO: OBSTÁCULOS À LIBERDADE DAS MULHERES

Nas sociedades de caça e coleta, mesmo não existindo propriedade privada, havia uma designação seletiva entre homens e mulheres em relação aos instrumentos e armas para a realização das atividades necessárias à manutenção dos indivíduos. A divisão sexual desses objetos colaborava para que fossem considerados como mais importantes os trabalhos realizados pelos homens, aos quais eram destinados instrumentos e armas mais complexos, cuja produção e uso lhes eram exclusivos. Assim, mesmo sem a instauração da propriedade privada os homens já estabeleciam sobre as mulheres uma relação de dominação (Guillaumin, 2014).

Esse fato, contudo, não pode ser generalizado para todas as sociedades de caça e coleta, pois, na maioria das sociedades de caçadores-coletores do ocidente, a caça de grandes animais, realizada por homens, consistia numa atividade auxiliar, ao passo que os principais alimentos consumidos provinham das atividades desenvolvidas por mulheres e crianças, por meio da coleta e da caça de pequenos animais. Além desse fato, foi na sociedade de caçadores-coletores que as atividades se realizaram de forma complementar entre os sexos e as mulheres apresentavam status relativamente alto (Lerner, 2019).

Os estudos de Leacock (2019) sobre os povos Montagnais-Naskapi do Canadá também contribuem para refletirmos sobre a não existência de um padrão de desenvolvimento mecânico entre sociedades de caça e coleta, propriedade privada e relações patriarcais. Isso porque os processos de instauração de relações de subalternização, violência e aculturação não acontecerem sem que houvesse resistência dos povos que os vivenciaram, e, nesse sentido, enfatizamos a rebeldia que expressa o protagonismo histórico das mulheres, e a consciência-resistência frente ao processo de aculturação religiosa e à imposição da cultura europeia burguesa heteropatriarcal monogâmica, perpetrados, por exemplo, pelos jesuítas sobre os povos Montagnais.

As contribuições de Lerner (2019) nos auxiliam a apreender o patriarcado como uma criação histórica, não restrito a um momento ou sociedade, nem a uma "origem". Seu estudo, cuja base geográfico-histórica é a região ocidental, não se trata de uma teoria geral sobre o surgimento do patriarcado nem do machismo, embora tal fato possua um marco histórico processual.

[...] O período do "estabelecimento do patriarcado" não foi um "evento", mas um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3100 a 600 a.C. [Parágrafo] Aconteceu, mesmo no Antigo Oriente Próximo, em ritmo e momento diferentes, em sociedades distintas (Lerner, 2019, p. 29).

"[...] a história é, sim, marcada por um corte de gênero" (Bonnet, 2020, p. 24). O patriarcado é um dos sistemas mais antigos de opressão, antecede o capitalismo e é por esse apropriado, adaptado e reproduzido, constituindo-se como indispensável à sua manutenção; tal como as relações sociais, também foi e permanece sendo historicamente constituído.

Em sua investigação sobre os fundamentos históricos do patriarcado, Lerner (2019) identificou que a definição de classe era distinta entre homens e mulheres, por isso, considerou necessário mudar o foco analítico da dimensão econômica para os aspectos de causa e efeito do controle sexual das mulheres. Nesse sentido, explicita que duas metáforas fundamentais da civilização ocidental serviram ao estabelecimento do patriarcado como ideologia: 1) a desvalorização simbólica das mulheres e 2) a metáfora perpetrada pela filosofia aristotélica conforme a qual as mulheres são supostamente incompletas e defeituosas se comparadas aos homens. Destaca-se, também, que as principais metáforas de representação de gênero da cultura ocidental têm origem mesopotâmica e hebraica.

A naturalização do patriarcado contribui para seu estabelecimento como ideologia e como prática de opressão. A explicação tradicionalista para a submissão/desigualdade entre homens e mulheres centra-se na capacidade reprodutiva feminina, considerada como principal atividade das mulheres e objetivo central de sua realização enquanto indivíduos, pois sem a realização dessa atividade pela maioria das mulheres ao longo da história não haveria trajetória a ser continuada pelas sociedades. Assim posto, alega-se como justa e funcional a divisão sexual do trabalho sustentada em distinções biológicas.

Antropólogas feministas colocaram em xeque a afirmação de que as sociedades são universalmente dominadas por homens, revisaram dados e realizaram suas próprias pesquisas de campo, o que, por sua vez, permitiu a descoberta de que a dominação masculina não era universal (Lerner, 2019). Na atualidade, a “história das mulheres” institucionalizou-se enquanto campo de pesquisa, de tal modo que hoje conta com revistas, editores, centros de pesquisa, cursos dedicados à temática, por exemplo, e há cinquenta anos legitimou-se uma narrativa que originou uma tradição de pensamento que reconhece as mulheres como sujeitos da história (Bonnet, 2020).

Estabeleceu-se um embate entre tradicionalistas e pensadoras feministas em relação à historicidade versus a naturalização do patriarcado. As feministas evidenciaram que até mesmo as ciências, como a Biologia, Antropologia, Zoologia, e Psicologia buscaram negar, pelo comportamento dos animais, a construção social do gênero, visando naturalizá-lo, “[...] transformando chimpanzés em machos patriarcas” (Lerner, 2019, p. 45).

Durante milênios a sobrevivência dos grupos humanos dependeu da dedicação das mulheres às atividades de cuidado com os filhos, visto que pelas próprias determinações objetivas de carência de alternativas de forma de alimentação e aquecimento dos bebês, por exemplo, as mães biológicas eram as únicas que podiam dar conta dessas atividades. Assim, a primeira divisão sexual do trabalho certamente decorreu das diferenças biológicas (não de força nem de resistência, mas unicamente reprodutivas) entre os sexos, que na época do Período Neolítico, por exemplo, tornavam as mulheres as cuidadoras exclusivas dos bebês, e fez com que optassem pela atividade de coleta de alimentos (Lerner, 2019).

A constatação da complementariedade das atividades realizadas por homens e mulheres, bem como do nivelamento entre os status de ambos os sexos e contribuições essenciais e inovadoras fundamentais ao funcionamento dessas sociedades, como a olaria, a cestaria, o conhecimento e o desenvolvimento da horticultura, desenvolvidas por mulheres, explicita Lerner (2019), refutam a concepção tradicionalista do homem-caçador-dominante.

O caso dos Montagnais-Naskapi, por sua vez, demonstra que a imposição do patriarcado e da violência na cultura ocidental estão relacionados às mudanças na esfera

econômica e à aculturação advinda da cristianização dos povos indígenas. A armadilhagem substituiu a caça, e por ser uma atividade mais individualizada, contribuiu para que os homens assumissem a função de provedores, bem como possibilitou uma definição sexual de funções e esferas de interesses mais restritos a cada sexo. As mudanças na estrutura econômica, social e cultural trouxeram a divisão sexual do trabalho, o patriarcado e a família monogâmica, que se tornaram comuns entre as culturas ocidental e oriental, em decorrência do estabelecimento de relações de dependência comercial e da colonização (Leacock, 2019).

Ter filhos (gestar e parir) é, portanto, algo que ocorre em razão das determinações biológicas, mas o cuidado dos filhos posto como atividade exclusiva das mulheres é decorrente da concepção de gênero, socialmente construída e responsável por firmar entre homens e mulheres relações marcadas pelo antagonismo das suas atribuições, a hierarquia entre ambos e a desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres.

Marx e Engels já afirmavam que a primeira forma de dominação estabelecida entre os indivíduos foi a dos homens sobre as mulheres: “[...] Em um antigo manuscrito inédito, elaborado por Marx e por mim em 1846, encontro o seguinte: ‘A primeira divisão do trabalho foi a que ocorreu entre homem e mulher visando à geração de filhos’” (Engels, 2018, p. 84). Engels (2018) apresenta a conexão das relações entre os sexos e as mudanças nas relações sociais, a partir do entendimento da posição social das mulheres ao longo da história. Marx e Engels, expressam, portanto, o rompimento com os tradicionalistas.

Destacamos que Engels (2018) na obra *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*: 1) explicitou a relação entre as mudanças estruturais nas relações de parentesco e as mudanças na divisão do trabalho, bem como a posição das mulheres na sociedade; 2) evidenciou a relação entre o estabelecimento da propriedade privada, do casamento e da prostituição; 3) identificou a relação entre a dominação política e econômica realizada pelos homens e o controle da sexualidade feminina pelos mesmos; e, 4) ao determinar “a derrota histórica do sexo feminino” como fato ocorrido durante a formação dos estados arcaicos, forneceu historicidade a tal acontecimento (Lerner, 2019), contribuindo para a sua desnaturalização.

Apesar disso, todavia, ao identificar a relação entre os sexos como um "antagonismo de classes", Engels criou um aparente "beco sem saída" no qual muitos teóricos ficaram presos por não entenderem as diferenças entre as relações de classe e as relações entre os sexos (Lerner, 2019). Isso inclusive contribuiu para que dentro do próprio marxismo as preocupações das teóricas feministas fossem interpretadas como uma questão menor, a ser resolvida automaticamente quando da superação do capitalismo; ou ainda, como uma questão que fragmentaria a luta de classes.

Ademais, Engels (2018) subordina a dominação das mulheres ao estabelecimento da propriedade privada. Para esse filósofo, quando os homens começaram a dominar as técnicas da agricultura e domesticaram os animais passaram a estabelecer as relações de propriedade privada, cuja hereditariedade precisava ser garantida. De tal modo, os homens se apropriaram também das mulheres para garantir o controle da hereditariedade das suas propriedades.

Conforme Lerner (2019), no entanto, antes mesmo do desenvolvimento político e econômico institucionalizarem completamente o Estado, e antes mesmo do patriarcado se desenvolver como ideologia, as relações patriarcais entre os sexos já tinham sua matriz (a dominação sexual), estabelecida.

Os estudos sobre as sociedades indicam que não há comprovações da existência de sociedades matriarcais⁶; mesmo aquelas marcadas pelo culto à(s) deusa(s) se configuram como sociedades matrilineares⁷ ou matrilocais⁸, inclusive, na maioria das sociedades matrilineares é o parente homem, geralmente "o irmão ou o tio da mulher, quem controla as decisões econômicas e familiares" (Lerner, 2019, p. 56). Assim, as estruturas de parentesco e a posição social das mulheres não se encontram necessariamente conectadas.

⁶ Sociedades matriarcais são definidas como aquelas nas quais as mulheres exerceriam sobre os homens relações de opressão/dominação.

⁷ As sociedades matrilineares correspondem àquelas em que as relações de parentesco eram centradas nas mulheres, assim, a ascendência materna era utilizada como critério no sistema de filiação e de organização social. Exemplo disso é que "[...] a propriedade dos homens não era passada a seus filhos, mas para os filhos de suas irmãs" (Lerner, 2019, p. 47).

⁸ A matrilocalidade correspondia ao fato de que era a localidade da família da esposa que determinava onde o esposo deveria morar (Lerner, 2019).

A mudança de sociedades matrilineares e matrilocais para patrilineares⁹ e patrilocais¹⁰ coincide com o estabelecimento dos Estados arcaicos. A formação das classes, decorrente da formação social urbana, trouxe, como mudança estrutural, a transição da sociedade baseada em parentesco para a sociedade de classes e essa mudança incidiu de forma particular sobre a realidade de vida das mulheres. Assim, “[...] o status e os papéis das mulheres se tornam mais limitados conforme o aparato do Estado se torna mais complexo” (Lerner, 2019, p. 110).

Urbanização, institucionalização da escravidão, estabelecimento de um sistema de símbolos, criação da escrita, são processos mútuos e que se reforçaram para fortalecer a dominância masculina na vida pública e nas relações externas, ao passo que enfraqueciam as instituições comuns baseadas nas relações de parentesco. Mesmo as mulheres da elite, como sacerdotisas e rainhas, tinham seu poder/destaque político e econômico como algo que dependia de seus serviços sexuais.

Assim, com o surgimento do Estado arcaico, origina-se um conjunto de relações de poder por meio das quais os homens exercem domínio sobre outros homens e sobre todas as mulheres. “[...] o Estado arcaico, desde o princípio, reconheceu sua dependência da família patriarcal e igualou o funcionamento obediente da família à ordem no domínio público. [...]” (Lerner, 2019, p. 177-178) (grifo nosso).

Ao institucionalizar-se, o patriarcado definiu os limites entre as mulheres conforme a classe à qual pertenciam. A formação de classes ocorre, pois, simultaneamente à regulamentação sexual das mulheres, e serve de base para a manutenção do Estado; é evidente, portanto, a imbricação entre as opressões de classe e sexo.

A hegemonia dos homens sobre o sistema de símbolos prejudicou decisivamente a vida das mulheres, como em relação à ausência de uma tradição que afirmasse e fortalecesse a independência e autonomia das mulheres. Não era divulgada a existência de mulheres vivendo sem a proteção masculina, e isso fortalecia a crença de que as mulheres não tinham história de forma autônoma (Lerner, 2019).

⁹ As sociedades patrilineares correspondem àquelas em que as relações de parentesco são centradas nos homens, assim, a ascendência paterna é utilizada como critério no sistema de filiação e organização social.

¹⁰ A patrilocidade “[...] estrutura o parentesco de modo que a mulher tenha de deixar sua família de origem e morar com o marido ou a família dele. [...]” (Lerner, 2019, p. 82).

Essa opressão simbólica à qual nomeamos nesta pesquisa como “feminicídio literário” – a exclusão das mulheres da história por causa do seu sexo – revela que “[...] A História das Mulheres, [é uma] ferramenta inicial ao se criar a consciência feminista nas mulheres, [e] oferece toda a experiência em comparação com a qual novas teorias podem ser testadas e sobre a qual mulheres [...] podem se posicionar” (Lerner, 2019, p. 312). Dito isso, evidencia-se a relação e a importância do conhecimento sobre a construção histórica do patriarcado – em contraposição à ideia de que tal acontecimento teria uma origem universal –, e a constituição das lutas feministas, afinal, a história das mulheres tem potencialidade revolucionária.

DIVERSIDADE TRANS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SEXO E AS EXIGÊNCIAS DA CISHETERONORMATIVIDADE

Nós, mulheres diversas, parte massiva da classe trabalhadora, sofremos inúmeras formas de violência e perseguição, inclusive quando nos rebelamos contra a opressão patriarcal. A divisão sexual do trabalho, o estabelecimento da família monogâmica, a constituição do Estado arcaico e o estabelecimento da propriedade privada estão estruturalmente relacionados à história das mulheres, e expressam a imbricação das relações de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade, que se configuram enquanto algumas dentre as dimensões constitutivas da diversidade humana.

A diversidade humana denota que no âmbito das relações sociais de sexo e gênero a suposta identidade mecânica entre ambos não compreende as múltiplas possibilidades de vivência sexual e afetiva dos indivíduos sociais. Noutras palavras, sexo e gênero podem não coincidir, e, longe de ser uma patologia/anomalia a ser combatida, tal fato é inerente à própria constituição do ser social, simultaneamente singular, genérico e diverso (Santos, 2020).

Em contrapartida, a divisão sexual heterocissexista emerge a partir do século XVIII, está associada à sociabilidade capitalista e à constituição da família monogâmica heteropatriarcal burguesa. A cisgeneridade como norma pressupõe o binarismo supostamente imutável e rígido do sexo/gênero: pênis/homem e vagina/mulher; essa noção biologizante patologiza as identidades trans (Jesus; Alves, 2010).

Pessoas trans são aquelas que vivenciam sua identidade ou expressão de gênero de forma diversa às expectativas socialmente preconizadas em razão do seu nascimento. Ou seja, são pessoas cuja vivência do gênero ultrapassa a correspondência, imposta pela cisgeneridade, entre a identidade de gênero e a genitália de nascimento (Marinho; Almeida, 2019).

[...] Etimologicamente, se de um lado o "trans" significa além de, para além de, ou aquilo que cruza, que transpassa, que atravessa; de outro, o "cis" vem em sua oposição, significando alguém, da parte de cá de, deste lado, logo, aquilo que permanece num mesmo lado, que não cruza. [...] (Marinho; Almeida, 2019, p. 116) (grifos dos autores).

Assim, a identidade trans existe em relação dialética à identidade cis, de modo tal que uma é afirmada pela contraposição à outra. Além disso, visando ultrapassar o binarismo e a concepção biologizante de gênero, as ativistas trans demarcam a condição política dos termos "mulher cis" e "homem cis" utilizados pela comunidade trans desde a década de 1990, em oposição a termos como "homem de verdade" e "mulher de verdade" (Marinho; Almeida, 2019).

O patriarcado, enquanto relação estrutural de poder anterior ao capitalismo e por esse utilizado como forma de promover a subordinação das mulheres aos homens, subordina também ao poder dos homens os demais gêneros socialmente considerados antagônicos ao masculino. Nesse sentido, afirmam Marinho e Almeida, (2019), a comunidade LGBTQIA+, ao romper as barreiras de gênero, também é vítima da opressão de gênero estabelecida pelo patriarcado e adensada pelo capitalismo.

O binarismo de gênero e o cisheterossexismo são impulsionados, portanto, pelo patriarcado, sexismo, machismo e pela sociabilidade capitalista. Assim posto, as pessoas trans masculinas ou femininas, ao ultrapassarem as barreiras de gênero e afrontarem o patriarcado são vítimas de transfobia, que cria e reforça discursos e práticas de violência na direção de inferiorizar a ruptura com a determinação biológica (Marinho; Almeida, 2019).

A diversidade de gênero, apesar de não ser uma realidade nova, não estava presente como tema teórico e político nos debates sobre gênero traçados nas décadas antecedentes ao final do século XX e início do século XXI. O tema ganha densidade teórica e política a partir da sintonia com os processos de mobilização social efetivados

nesse período pelas pessoas trans, e, na atualidade do século XXI, tem se espalhado na academia como tema contemporâneo (Marinho; Almeida, 2019).

Os movimentos trans deram visibilidade à diversidade de gênero. Uma das principais pautas de luta do movimento transgênero é em defesa do nome social¹¹. Na Argentina, o Expediente nº 75/11, que versa sobre a identidade de gênero de pessoas transexuais e travestis com vistas à garantia de direitos fundamentais expressa que “o que importa é a vivência interna do gênero, independentemente dos órgãos genitais internos e externos” (Jesus; Alves, 2010, p. 11). No Brasil, foi instituído em abril de 2016 o decreto nº 8.727, que “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2016).

Enfatizamos que

O Serviço Social foi a primeira categoria profissional no Brasil a garantir a utilização do nome social no exercício profissional às/aos profissionais travestis e transexuais e, posteriormente, a assegurar o nome social no Documento de Identidade Profissional (DIP), conforme estabelecido na Resolução CFESS nº 785/2016 (CFESS, 2019, p. 4).

Para além do reconhecimento e garantia do direito ao nome social, é preciso aprimorar do Sistema Único de Saúde em relação ao processo transexualizador e visibilizar o cotidiano e as demais demandas dessa população (Jesus; Alves, 2010). A população trans é a mais impactada pela pobreza e desigualdade social. Nesse sentido, Ribeiro e Almeida (2021) analisam a inserção das travestis, mulheres transexuais e homens transexuais no mercado de trabalho, e explicitam que esse segmento compõe o maior grupo dentre aqueles que não são admitidos em empregos ou que são demitidos por causa da identidade de gênero.

Na conjuntura marcada pela crise estrutural do capital, a ascensão neoconservadora manifesta-se também na propagação de preconceitos/desvalores que

¹¹ “O nome social é a denominação que pessoas transexuais e travestis utilizam para informar à sociedade seu nome, adequado à sua expressão/identidade de gênero. Travestis e transexuais, por vezes, também se autodenominam como pessoas trans ou até mesmo como transgêneros. Existem muitas discussões a respeito dessas terminologias, elas são mais amplas, envolvendo diversas formas de expressão/identidade de gênero. São essas pessoas que utilizam o nome social para informar à sociedade o nome que as identifica em suas relações sociais” (CFESS, 2019, p. 2).

expressam o individualismo e as relações conservadoras da sociabilidade burguesa, ambos utilizados como meio para intensificar a exploração da força de trabalho pelo capital (Ribeiro; Almeida, 2021).

O mercado de trabalho é caracteristicamente cisgênero, o que contribui para garantir um exército industrial de reserva majoritariamente trans. Tal fato é fundamental à manutenção das relações capitalistas, ao assegurar a existência de uma massa de desempregados/as estratégica ao rebaixamento dos salários (Ribeiro; Almeida, 2021).

Conforme Marx (2013), ao passo que a classe trabalhadora produz a acumulação do capital, produz simultaneamente e crescentemente os meios que a tornam supérflua, independentemente do nível de crescimento populacional. Essa população sobrando/relativa é composta por três níveis categoriais: flutuante¹², latente¹³ e estagnada¹⁴, sendo a população trans a que se encontra estagnada, afinal, por vezes lhe restam tão somente formas de trabalho irregulares e precárias, que a situam na esfera do pauperismo (Ribeiro; Almeida, 2021).

Conforme os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA divulgados por Benevides; Nogueira (2021):

¹² Conforme Marx (2013, p. 870–871), “[...] os trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos novamente em maior volume [ao mercado de trabalho], de modo que, em linhas gerais, o número de trabalhadores ocupados aumenta, ainda que sempre em proporção decrescente em relação à escala da produção. A superpopulação existe, aqui, sob a forma flutuante. [...]”

¹³ Sobre a população latente, explicita Marx (2013, p. 872–873): “Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou de acordo com o grau em que se tenha apoderado dela, a demanda de população trabalhadora rural decresce em termos absolutos na mesma proporção em que aumenta a acumulação do capital em funcionamento nessa esfera, e isso sem que a repulsão desses trabalhadores seja complementada por uma maior atração, como ocorre na indústria não agrícola. Uma parte da população rural se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa metamorfose. (Manufatureiro, aqui, no sentido de toda a indústria não agrícola). Essa fonte da superpopulação relativa flui, portanto, continuamente, mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe a existência, no próprio campo, de uma contínua superpopulação latente, cujo volume só se torna visível a partir do momento em que os canais de escoamento se abrem, excepcionalmente, em toda sua amplitude. [...]”.

¹⁴ Explicita Marx (2013, p. 873): “A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário. [...]”.

[...] apenas 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira. Da mesma forma, vemos que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos, mantendo-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição [trabalho sexual] como fonte primária de renda (p. 44).

Na sociabilidade capitalista riqueza e miséria são simultaneamente produzidas. Pela primeira vez na história o desenvolvimento das forças produtivas possibilita o suprimento das necessidades humanas em escala global, mas isso acontece por meio da exploração da força de trabalho por parte dos capitalistas, que se apropriam da mais-valia produzida quando da realização dessa força de trabalho, bem como dos resultados da produção. Em síntese, é a contradição entre a produção coletiva e a apropriação privada dos bens e serviços resultantes da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora que gera, paradoxalmente, riqueza (para os capitalistas) e miséria (para os trabalhadores/as).

De tal modo, o trabalho é eixo central não só da sociabilidade humana e capitalista, como também do conjunto das desigualdades vivenciadas pela classe trabalhadora, que expressam e movimentam a luta de classes, ou seja, o trabalho está no centro da questão social. No que se refere à população trans

[...] é possível elencar alguns condicionantes que atuam de maneira singular em cada trajetória individual e que se constituem como dificuldades para a inserção no mercado de trabalho. Alguns desses obstáculos seriam: a dificuldade de fazer-se respeitar em seu processo de transição de gênero; a expulsão de casa e a falta de apoio da família; a perda progressiva das relações comunitárias e familiares; a falta de acesso à saúde pública; e a falta de recursos para recorrer à assistência à saúde privada. Podemos elencar também o êxodo que várias pessoas trans empreendem de seus lugares de origem em direção aos grandes centros urbanos, conforme Pelúcio (2009) constata na trajetória das travestis [...] (Ribeiro; Almeida, 2021, p. 157).

Marinho (2017) apud Ribeiro e Almeida (2021) indica que no mercado de trabalho formal o setor de telemarketing é o que mais tem "absorvido" a força de trabalho da população trans. Não por acaso, esse espaço de inserção profissional é marcadamente precarizado e se utiliza prioritariamente desse segmento populacional por considerá-lo mais docilizável e subordinável ao trabalho. Além disso, as empresas que agregam essa população ao seu quadro de funcionários se aproveitam para adquirir a boa imagem de "socialmente comprometidas com os/as discriminados/as". Trata-se de uma estratégia de marketing para ampliar a lucratividade por meio da visibilidade, produtividade e

eficiência que adquirem ao contratar esse segmento populacional. O que não acontece sem contradições, afinal, ainda que prevaleça a mercantilização, as lutas da população trans tensionam os limites de acesso e permanência no mercado de trabalho e alcançam, por exemplo, a representatividade política, o ingresso no ensino superior e às políticas de saúde.

Considerando a dificuldade de acesso ao emprego, e acentuadamente ao mercado de trabalho formal, a população trans tende a vivenciar a intensificação da exploração da sua força de trabalho, com o cumprimento de jornadas e metas exaustivas e suportando as transfobias vivenciadas no espaço de trabalho, pela determinação concreta de correr o risco de voltar à condição de força de trabalho estagnada, com consequente quadro de pauperismo. Ademais, "Conforme ocorreu historicamente às mulheres no mundo do trabalho, empiricamente é possível observar que a população trans tende a desempenhar funções com as piores remunerações, como também não há incentivos na qualificação de suas atribuições" (Ribeiro; Almeida, 2021, p. 165).

A discussão sobre trabalho aponta para outra questão à qual se relaciona: o acesso à formação educacional que capacita para o ingresso no mercado de trabalho e se expressa como mais uma dificuldade vivenciada pela população trans.

Devido ao processo de exclusão familiar, social e escolar, como já mencionado em diversas ocasiões e em pesquisas anteriores, estima-se que 13 anos de idade seja a média em que travestis e mulheres transexuais sejam expulsas de casa pelos pais (ANTRA, 2017) – e que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-íris/Afro Reggae). Essa situação se deve muito ao processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social (Benevides; Nogueira, 2021, p. 43).

A expulsão/saída do ambiente familiar, social e escolar resultam do preconceito e das relações opressoras de sexo e gênero, e se traduzem naquilo que a Benevides e Nogueira (2021) identificam como exclusão social. No entanto, apreendemos que esses sujeitos não são integralmente "excluídos" da sociedade, afinal, não há vivência humana de forma isolada da sociedade. Portanto, a população trans é, na verdade, e em acordo com as análises de Ribeiro e Almeida (2021), integrada na condição de população

sobrança, cujas condições de vida e trabalho são precarizadas tendo como justificativa o fato de não se enquadrarem no padrão heterocissexista burguês.

Há ainda outras problemáticas que atingem essa população e são identificadas por Ribeiro e Almeida (2021) na conjuntura nacional: a) pouca produção acadêmica sobre o mercado de trabalho para a população trans, e, b) apesar de regulamentado pela Portaria do Ministério Público do Trabalho nº 1.036/2015¹⁵, bem como pelo Decreto Presidencial nº 8.727/2016¹⁶, o nome social não tem sido legitimado.

Para as pessoas trans, o mundo do trabalho se caracteriza como “um campo minado”: “a gente fica com medo de que a qualquer momento possa acontecer alguma situação constrangedora, algum tipo de violência e transfobia explícita (Heitor, homem trans, branco, 24 anos¹⁷)” (Marinho; Almeida, 2019, p. 122). Ainda conforme esses autores, a transfobia explícita se configura, portanto, como situação limite dentre as formas de opressão de gênero vivenciadas pelas pessoas trans, e a tensão em relação às “minas da transfobia” perpassa toda a trajetória de busca, inserção e permanência no mercado de trabalho.

Identifica-se que “entre as identidades trans há uma pirâmide social das transdiversidades, e, nela, é a travesti que está na base. [...]” (Marinho; Almeida, 2019, p. 124). A realidade de vida e trabalho das travestis são marcadas, na maioria das vezes, pela condição de pobreza, exploração sexual (ainda na infância e adolescência) e trabalho sexual.

Mesmo quando a população trans possui bom nível de escolaridade e formação superior, não necessariamente consegue ascender socialmente e acessar melhores condições de trabalho. Há, portanto, um sobressalto da identidade trans em relação à

¹⁵ “De acordo com o texto (Portaria 1.036/2015), a utilização do nome social passa a ser reconhecida no cadastro de dados e informações; no ingresso e permanência nas unidades do MPT [Ministério Público do Trabalho]; em comunicações internas, e-mails institucionais, crachás e listas de ramais; nos nomes de usuário de sistemas de informática; e na inscrição em eventos promovidos pela instituição. O artigo 4º garante ainda o acesso a banheiros e vestiários de acordo com o nome social e a identidade de gênero de cada pessoa” (MPU, 2015).

¹⁶ “Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2016).

¹⁷ “Para fins de uma breve exposição das suas trajetórias de trabalho, e, visando cumprir com o devido sigilo da identidade dos(as) entrevistados(as), cada pessoa trans entrevistada ganhou um nome fictício, a saber: Eva (uma travesti negra); Marina (uma mulher transexual negra); Fernando e Heitor (dois homens transexuais brancos), assim autorreferenciadxs no momento da entrevista” (Marinho; Almeida, 2019, p. 120).

condição de trabalhadores/as, ou seja, a identidade de gênero se expressa como fator que prevalece para determinar o acesso, a forma de inserção e a própria negação de acesso no mercado de trabalho em detrimento da qualificação profissional (Marinho; Almeida, 2019).

Nessa direção, “[...] As suas dificuldades de acesso ao mercado formal de trabalho, inclusive com boa escolaridade e nível superior, têm íntima relação com o fato de a constância de um nome civil em seus documentos não condizer com sua aparência social. [...]” (Marinho; Almeida, 2019, p. 125). Assim, a retificação judicial do registro civil configura-se numa demanda central com vistas à garantia do acesso e permanência das pessoas trans no mercado de trabalho e expressa também que “a transição de gênero não envolve apenas um corpo, mas também um nome” (Marinho; Almeida, 2019, p. 125).

Diante dessa obstaculização provocada pelo não reconhecimento do nome social, os trabalhos informais emergem como uma alternativa para a população trans numa tentativa de garantir a manutenção de sua subsistência e contornar a violência transfóbica. Isso porque conforme explicitam Marinho e Almeida (2019), os trabalhos informais tendem a não exigir currículo¹⁸, não demandam a formalização de contratos (que contém assinaturas e precisam de documentos), bem como há como possibilidade realizarem atividades de forma individual, sem trabalho em equipe. No entanto, se configuram como atividades laborais intensivas e extensivas, sem reconhecimento financeiro das horas extras e desprovidas de regulamentação e direitos trabalhistas.

A população trans encontra-se acentuadamente exposta à precarização, informalização, degradação e produtividade que conformam as novas relações de trabalho na atual conjuntura de mundialização e financeirização do capital. A apropriação do mercado sobre a força de trabalho trans incide sobre seus corpos, exigindo-lhe maior produtividade como requisito para “compensar” o não cumprimento

¹⁸ Uma dentre as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho tem como pontapé o nome colocado no preenchimento do currículo, uma vez que ao colocarem o nome do registro civil e esse diferir do nome social, as empresas tendem a não contratar as pessoas trans. Mesmo no setor público de trabalho, onde legalmente o nome social é reconhecido, a garantia do acesso não significa a garantia da permanência no serviço, conforme explicitam Marinho e Almeida (2019) ao exemplificarem o caso de um dos entrevistados que, na condição agente de educação numa escola municipal, foi vítima de transfobia por parte da gestão e dos colegas de trabalho que o levou ao adoecimento emocional e ao abandono do emprego.

do cisheterossexismo, ao mesmo tempo em que essa produtividade, acompanhada da subsunção à informalidade do trabalho acaba se configurando como estratégia imediata frente ao “campo minado” da busca por acesso e permanência no mercado.

Podemos afirmar que há um processo de “inferiorização social” dos corpos trans na estrutura da sociabilidade capitalista, pela via da exploração da produtividade desses corpos, da informalidade e da sua presença no exército industrial de reserva. Esses processos colocam a população trans na “base da pirâmide social das transdiversidades”, conformando sob esse segmento populacional toda a estrutura que movimenta a cadeia produtiva e reprodutiva capitalista (Marinho; Almeida, 2019).

A relegação à informalidade explicita a imbricação das opressões de gênero/sexo, raça/etnia e classe, frente a qual se faz necessária a superação da estrutura capitalista como estratégia de derrocada efetiva das “minas” transfóbicas que se reatualizam.

Em abril de 2025, o Conselho Federal de Medicina brasileiro promulgou uma nova regulamentação, a Resolução nº 2.427/2025, que “Revisa os critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero e dá outras providências”. Embasada numa concepção reacionária e conservadora, essa resolução nega a diversidade humana ao nomeá-la como “incongruência/disforia de gênero”, e estabelece normas que incidem sobre o acesso da população trans aos serviços de saúde relacionados ao processo de transexualização, contribuindo para a patologização, o retardamento e obstaculização da vivência plena da identidade de gênero.

O agravamento das condições de vida desse segmento populacional se dá também pela dificuldade de acessar os programas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (Ribeiro; Almeida, 2021).

É imprescindível o registro das notificações, por parte do Estado, das demandas da população trans, e inexistem dados governamentais sobre esses indivíduos sociais, apesar de o Brasil figurar, tragicamente, entre os países que mais violentam e matam esse segmento populacional. Acrescido a isso, são parcas as iniciativas de incentivo à inserção e qualificação para o mercado de trabalho, prevalecendo aquelas que acentuam

a patologização e a manutenção dessa força de trabalho como mão de obra barata (Ribeiro; Almeida, 2021).

"O corpo é construído historicamente" (Ribeiro; Almeida, 2021, p. 170). A formação da individualidade, que dá vida ao corpo, resulta do conjunto das relações sociais e produtivas vivenciadas pelos sujeitos sociais. Nesse processo, que é histórico e distingue os seres humanos dos demais seres vivos, estão postas as possibilidades, pela via do trabalho enquanto atividade central à humanidade, de plena realização dos sujeitos sociais, incluindo aqui sua constituição enquanto seres diversos.

TRANSFEMINISMO: A DIVERSIDADE DA CATEGORIA MULHER

Sob a lógica produtiva e social capitalista, com seu conjunto de ideologias e desvalores, prevalece a negação da plena realização humana pela centralidade da produção em escala ascendente dos lucros resultantes da exploração da força de trabalho. Para a população trans, a negação/obstaculização do acesso aos espaços de vivência familiar, social e laboral, sob o pretexto da ojeriza ao não "cumprimento" do hétero e/ou do cissexismo trazem particularidades à opressão de classe que é força motriz do capitalismo.

Emerge então como indispensável à construção de uma sociabilidade outra, capaz de abarcar os indivíduos em sua diversidade e possibilitar sua plena realização, o dever teórico e político de apreendermos quais aspectos nos singularizam ao mesmo tempo em que nos unificam enquanto classe trabalhadora. Isso não significa dar validade às demandas trans apenas por serem constitutivas da classe trabalhadora, mas apreender que sem um projeto de classe revolucionário – que no capitalismo consiste nos interesses da classe universal trabalhadora – não é possível derrocar as opressões que ultrapassam as barreiras classistas.

Nessa direção, concebemos que as lutas feministas contribuíram para a ampliação da categoria mulher, evidenciando, para além da crítica ao patriarcado e à divisão sexual do trabalho, que as mulheres são diversas, inclusive transexuais. Assim como o movimento feminista negro evidenciou as particularidades das mulheres negras e a importância da análise feminista que abarcasse a dimensão racial – e nesse sentido pudesse dar conta

das demandas das mulheres sem limitar-se às demandas das mulheres brancas - o transfeminismo traz à tona a história e demandas de mulheres transexuais e travestis, as quais, vivenciam opressões singulares em relação às mulheres cisgênero.

As mulheres transexuais e travestis, "além de serem vitimadas pelo machismo, também o são por uma forma de sexismo, de base legal-biologizante que lhes nega o estatuto da feminilidade ou da "mulheridade" (Jesus; Alves, 2010, p. 13), ou seja, sofrem discriminação cissexista.

No Brasil, o conceito "feminismo transgênero" ou "transfeminismo" surge no contexto de fortalecimento do movimento transgênero (entre o final do século XX e início do século XXI), com a crescente conscientização política da população trans acerca das histórias de resistência das pessoas transgênero, especialmente as travestis, bem como da aproximação desse movimento com a teoria e prática feministas. Tal fato reitera que a realidade social demanda entendimento teórico, de modo tal que podemos afirmar que o transfeminismo emerge como concreto pensado.

O feminismo transgênero

[...] pode ser compreendido tanto como uma filosofia quanto como uma práxis acerca das identidades transgênero que visa a transformação dos feminismos. Emi Koyama (2001) define o transfeminismo como "primordialmente, um movimento feito por e para mulheres, e além" (Jesus; Alves, 2010, p. 14) (grifo nosso).

Nessa direção, o transfeminismo encontra-se em sintonia com as análises de feministas que visam expandir a adesão à bandeira e práticas feministas, compreendendo o feminismo como um movimento de interesse universal. Dialoga, pois, com Butler (2024); Arruzza, Battacharya e Fraser (2019); Davis (2016, 2017); Saffioti (2004); Cisne e Santos (2018); Ávila e Ferreira (2020); Faria (2020); Gonzalez (1984, 2018) dentre outras autoras feministas com interesse em unificar as lutas feministas às lutas por justiça social e emancipação humana.

Podemos afirmar que o transfeminismo ou

O [também chamado] feminismo transgênero surge como uma crítica ao cissexismo ou dimorfismo e à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da de sexo e mais importante do que esta para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres. [Parágrafo] Entende-se que o feminismo tradicional, sem a recepção do transfeminismo, reforça a falácia, repetida cotidianamente, de que mulheres "de verdade" seriam aquelas com órgãos

genitais femininos externos e internos (vagina e útero), ou ainda "as que engravidam", ou que homens "de verdade" seriam aqueles com testículos e pênis, que podem penetrar alguém (Jesus; Alves, 2010, p. 14) (grifo nosso).

A crítica ao cissexismo traz contribuições singulares à construção da universalidade das lutas feministas e à concepção de mulher numa perspectiva que abranja a diversidade humana. No entanto, em contraposição ao posicionamento transfeminista, defendemos que em vez de tratar o gênero como mais importante do que o sexo para o entendimento dos corpos, as relações sociais de sexo também possuem determinações históricas, não podendo, portanto, serem circunscritas ao aspecto biológico, ou consideradas como de "segunda importância". A análise não deve incorrer, pois, na disputa por elencar quais categorias são mais ou menos importantes, afinal, trata-se de relações estruturais. Insistir nessa disputa é contribuir para a manutenção do equívoco biologizante com base no qual o feminismo transexcludente não reconhece as mulheres trans como "verdadeiras" e corrobora para a segmentação das lutas feministas.

Jesus e Alves (2010) destacam que o feminismo transexcludente além de fechar-se às mulheres trans, não reconhece como mulheres aquelas que passaram por processos cirúrgicos como histerectomias¹⁹ e mastectomias²⁰, o que evidencia, conforme nossa análise, que esse suposto argumento embasado no sexo enquanto determinação biológica expresso pelas transexcludentes, revela, paradoxalmente, aquilo que buscam negar: a construção social do sexo e sua expressão para além da biologia. Afinal, o que é ser mulher?

Emergem, no cotidiano das relações sociais, movimentos contra a identidade de gênero. Conforme Butler (2024) esses movimentos apresentam particularidades em consonância com suas origens: Igreja Católica; Igreja Ortodoxa Russa; sistema político evangélico nos Estados Unidos da América (EUA); igrejas pentecostais da África; Estados mulçumanos e judaísmo ortodoxo, por exemplo. Além disso, tem se expressado o conflito público em torno da identidade de gênero entre feministas "críticas ao gênero" e as que defendem alianças que incluam pessoas trans e gênero queer.

¹⁹ A histerectomia consiste num procedimento cirúrgico em que é feito a remoção de parte ou da totalidade do útero, por via abdominal ou vaginal.

²⁰ A mastectomia é um procedimento cirúrgico por meio do qual é removida completa ou parcialmente uma ou ambas as mamas.

As feministas transexcludentes²¹ contestam a identidade trans, especialmente as reivindicações das mulheres trans, e reiteram a dicotomia de que o sexo é real, ao passo que o gênero é social e culturalmente construído. Nesse sentido, as militantes transexcludentes afirmam que quem defende gênero nega a realidade material do sexo (Butler, 2024).

Além disso, a concepção cissexista que embasa o feminismo transexcludente, prejudica todos os indivíduos que não correspondem à coincidência entre sexo e gênero como os homens que passaram por cirurgias de retirada dos testículos, bem como desconsidera as práticas sexuais de penetração dos homens pelas mulheres, considerada uma “inversão nos papéis sexuais de gênero”, mas comum em relações heteroafetivas (Jesus; Alves, 2010). Em suma, podemos apreender que o feminismo transexcludente nega a diversidade humana.

Em contrapartida, o transfeminismo busca

empoderar os corpos das pessoas como eles são (inclusive as trans) [...] também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível (Jesus; Alves, 2010, p. 15).

Nessa perspectiva, o transfeminismo nos direciona também ao debate sobre empoderamento, frente ao qual cabe questionarmos: na concepção de autoderterminação e autoexpressão das pessoas trans, há o entendimento da dimensão da consciência de classe numa perspectiva revolucionária em defesa da diversidade humana e pelo fim do capitalismo?

O feminismo transgênero ou transfeminismo é, particularmente, um movimento intelectual e político que: 1) desmantela e redefine a equiparação entre gênero e biologia; 2) reitera o caráter interacional das opressões; 3) reconhece a história de lutas das travestis e das mulheres transexuais, e as experiências pessoais da população transgênero de forma geral; e 4) é aberto, e pode ser validado por

²¹ Concordamos com Butler (2024) ao afirmar que as feministas transexcludentes, se autointitulam, erroneamente, como “críticas ao gênero” / “feministas radicais” e defendem a primazia do sexo em detrimento da identidade trans, pois reivindicam a opressão com base no sexo como sua marca distintiva. Assim, ao insistirem na defesa de que o sexo biológico está sendo “apagado” pela identidade de gênero, ao passo que essa identidade é a base do feminismo trans, se caracterizam, portanto, como feministas transexcludentes. Essa nomeação como “feministas radicais” / “críticas ao gênero” é errônea, porque no feminismo radical e entre feministas críticas ao gênero, há quem defenda o legado transafirmativo e compreenda que a categoria “mulher” inclui mulheres trans.

quaisquer pessoas, transgênero ou cisgênero (Jesus; Alves, 2010, p. 15-16) (grifo nosso).

O feminismo transgênero, enquanto filosofia e prática política, traz contribuições analíticas à teoria feminista, e nessa direção destacamos a ênfase interacional como são analisadas as opressões. No entanto, as relações de opressão às quais se associam as relações de exploração e dominação capitalistas, não apenas interagem entre si, estão imbricadas, demandando, portanto, capacidade crítica numa perspectiva de totalidade na análise da realidade social, para que seja possível identificar as bases que a estruturam, seus impactos sobre as dimensões da vida social, e o horizonte de sua transformação.

CONSIDERAÇÕES

Analisar as implicações do patriarcado sobre as mulheres considerando as particularidades das mulheres trans, nos direcionou ao entendimento do patriarcado enquanto processo histórico, cuja incidência recai sobre as possibilidades de vivência da liberdade das mulheres em sua diversidade, a pauta da livre identidade de gênero, e as formas de organização coletiva das mulheres, demandando o entendimento de suas particularidades, tal como expresso pelo transfeminismo.

Identificamos que as distinções biológicas facilitaram o estabelecimento das primeiras formas de divisão sexual do trabalho e foram utilizadas como justificativa para legitimar a dominação patriarcal. No entanto, essas distinções não são a causa exclusiva da dominação masculina, uma vez que as inflexões do patriarcado recaem sobre todas as mulheres cis, mas também sobre os sujeitos que vivenciam a sexualidade e a identidade de gênero de forma diversa ao cisheterossexismo, preconizado como norma pela sociabilidade capitalista.

Apesar de anteceder o capitalismo, o patriarcado ganha legitimidade e universalidade com estabelecimento das bases da sociedade burguesa: a divisão sexual do trabalho, a família monogâmica e a heterossexualidade compulsória. Tal dominação é legitimada pelo Estado burguês e colocada em xeque pela própria diversidade humana, âmbito no qual se insere a diversidade trans.

A população trans sofre as consequências particulares da opressão cissexista, posta em curso pelo sistema capitalista numa tentativa de inferiorizar a ruptura com a determinação biológica. Essa opressão particular se expressa na transfobia, e contribui para que, no universo da divisão sexual do trabalho, as pessoas trans se encontrem na base da pirâmide social: no exercício dos piores cargos, com baixa remuneração e sob o risco constante de voltar ao status de população estagnada, no qual se encontra a maioria desse universo populacional.

As pessoas trans são as mais impactadas pela pobreza e desigualdade social, o que assemelha a sua condição de vida e trabalho à realidade das mulheres cis negras, mas sob a dificuldade específica da obstaculização do acesso ao mercado e ao universo dos bens e serviços sociais pela não correspondência à cisgeneridade como norma, que pressupõe o binarismo supostamente imutável e rígido entre sexo e gênero: pênis/homem, vagina/mulher.

A diversidade trans nos direciona, portanto ao entendimento da construção social do sexo, bem como à problematização acerca da concepção biologizante das categorias homem e mulher. No âmbito desse debate, apreendemos que a defesa da livre identidade de gênero – que se articula à diversidade humana enquanto dimensão constitutiva da ontologia do ser social – não implica em tratar como mais ou menos importante as categorias sexo e gênero, mas de identificar as determinações sociais, políticas, econômicas e culturais que contribuem para que essas expressões da diversidade humana sejam utilizadas como justificativas na perpetuação das formas de opressão-exploração-apropriação-dominação capitalistas, negando, pois o direito à plena emancipação humana.

O transfeminismo emerge como movimento feminista indispensável ao entendimento das particularidades e demandas das mulheres em sua diversidade, o que tem a potencialidade de corroborar com a unidade das lutas feministas e da classe trabalhadora numa perspectiva que abranja a diversidade humana e as lutas anticapitalistas.

Ao fim do debate apresentado neste artigo, emergem as seguintes reflexões: é possível superar o heterocissexismo e o machismo sem superar o capitalismo? A ausência, na análise de Jesus e Alves (2010) sobre a dimensão da classe está relacionada à

circunscrição do debate transfeminista à concepção de empoderamento das pessoas trans? De que poder estamos falando? O mesmo “acessado” pelas pessoas cis? Em que medida o debate sobre empoderamento das pessoas trans encabeçado pelo transfeminismo se assemelha à perspectiva de empoderamento feminino? Qual(is) categoria(s) analítica(s) falta(m) ao feminismo que não considera a população trans? E quais categorias faltam ao transfeminismo que não considera a luta de classes?

Tais questões são propulsoras de pesquisas posteriores, a fim de identificarmos os limites e possibilidades de construção de unidade das lutas que têm como horizonte a plena liberdade dos sujeitos sociais, e que demandam, portanto, organização coletiva e capacidade teórico-crítica no entendimento das determinações concretas da realidade social e de suas inflexões sobre o cotidiano da diversidade dos sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Violência contra as mulheres em dados. **Feminicídios na pandemia**: quatro mulheres são mortas a cada 24 horas. [2023]. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/feminicidios-na-pandemia-quatro-mulheres-sao-mortas-a-cada-24-horas/#:~:text=Cresceram%20os%20feminic%C3%ADdios%20no%201,de%20coronav%C3%ADrus%20chegou%20ao%20Brasil>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital. (Pandemia capital). E-book.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2019. 128p.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Feminismo e Marxismo: uma relação dialética. In: Martuscelli, Danilo Enrico (org.) **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. 1. ed. Chapecó, Coleção marxismo21, 2020. E-book.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. **Antra Brasil**, São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29-jan2021.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BONNET, Anabelle. O feminismo marxista tem uma história? Breve estudo do caso francês. In: Martuscelli, Danilo Enrico (org.) **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. 1. ed. Chapecó, Coleção marxismo21, 2020. E-book.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016.** Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm Acesso em: 12 jun. 2025.

BUTLER, Judith. Feministas radicais transexcludentes e as matérias de sexo britânicas – Quão crítico é o feminismo que critica o gênero. In: BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Tradução Heci regina Candiani. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2024. p.141-176.

CARLUCCI, Manoela. Pela primeira vez, Brasil não registra nenhuma morte por Covid nas últimas 24 horas. **CNN**, 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pela-primeira-vez-brasil-nao-registra-nenhuma-morte-por-covid-nas-ultimas-24h/> Acesso em: 17 jul. 2024.

CFESS. Orientações Para o Atendimento de Pessoas Trans no Conjunto CFESS-CRESS. In: CFESS, 2019. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-NomeSocial-Folder30x25cm-Montado.pdf> Acesso em 24 nov. 2024.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** São Paulo : Cortez, 2018. – (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 8).

COUTINHO, Carlos Nelson. O problema da razão na filosofia burguesa. In: COUTINHO. **O estruturalismo e a miséria da razão.** 2. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2010. p. 09-59.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

----- Vamos subir todas juntas: perspectivas radicais sobre o empoderamento das mulheres afro-americanas. In: DAVIS. **Mulheres, cultura e política.** Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Tradução de Nélcio Schneider. 5. ed.

São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: <https://averdade.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Livro-62-FRIEDRICH-ENGELS-A-ORIGEM-DA-FAM%C3%8DIA-DA-PROPRIEDADE-PRIVADA-E-DO-ESTADO.pdf> Acesso em:16 mar.de 2024.

ROLDÃO, Thaís. **Esquerda Online.** E se tivesse dado certo? O plano de golpe “punhal verde amarelo” e o risco que corremos. Campinas, SP, 2024. Site. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2024/11/23/e-se-tivesse-dado-certo-o-plano-de-golpe-punhal-verde-amarelo-e-o-risco-que-corremos/> Acesso em: 23 nov. 2024.

FARIA, Nalu. *Feminismo socialista: um panorama do pensamento e da luta das mulheres*. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.) **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. 1. ed. Chapecó, Coleção marxismo21, 2020. E-book.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

_____. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... 1. ed. [S.l.]: Editora Filhos da África, 2018.

GUILLAUMIN, Collete. Prática do poder e ideia de natureza. In: **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas: Collete Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu. Verônica Ferreira et al. (Orgs.). 1. ed. Recife: SOS Corpo, 2014. p.27-99.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Natal, v. 11 n. 2, 2010 : Dossiê Trans-formações em gênero. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150> Acesso em: 14 jul. 2024.

LEACOCK, Eleanor Burke. Parte I – As Mulheres numa Sociedade Igualitária: os Montagnais-Naskapi do Canadá In: LEACOCK. **Mitos da dominação masculina**: Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. [Tradução de Susana Vasconcelos Jimenez]. 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2019, p. 67-119.

LERNER, Gerda. **A Criação Do Patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARINHO, Silvana; ALMEIDA, Guilherme Silva de. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 22, n. 1, p. 114-134, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/57888> Acesso em: jul. 2024.

MARX, Karl. O capital [recurso eletrônico]: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital [tradução de Rubens Enderle]. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf> Acesso em 28 mai. 2025

MPU. Ministério Público do Trabalho de Alagoas. **Transexuais terão nome social reconhecido no Ministério Público do Trabalho**. Maceió, AL: Ministério Público do Trabalho de Alagoas, 2015. Disponível em: <https://www.prt19.mpt.mp.br/informe-se/19-noticias/388-transexuais-terao-nome-social-reconhecido-no-ministerio-publico-do-trabalho> Acesso em: 12 jun. 2025.

RIBEIRO, Jéssyka Kaline Augusto; ALMEIDA, Guilherme da Silva. De quem é o corpo que compõe a força de trabalho? Reflexões sobre trabalhadores/as trans no contexto da covid-19. **Trabalho necessário**. v. 19, n. 38, jan-abr, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth, Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 – Coleção Brasil Urgente. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/safiotti_heleieth_-_genero_patriarcado_e_violencia_1.pdf Acesso em: 07 nov. 2021.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Gênero humano e diversidade humana em tempos neoliberais. In: SOUSA, A. A. S et al. **Trabalho e os limites do capitalismo**: novas facetas do neoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 67-81. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2021/06/NUTSS-Livro-Trabalho-e-os-limites-do-Capitalismo.pdf> Acesso em: 07 nov. 2021.

VIRISSIMO, Vivian. Trabalhadora doméstica é a primeira vítima do coronavírus no estado do Rio. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/19/trabalhadora-domestica-e-a-primeira-vitima-do-coronavirus-no-estado-do-rio/> Acesso em: 24 jul. 2024